



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640275 - SC (2021/0014380-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : PEDRO ROBERTO DONEL E OUTRO
ADVOGADOS : PEDRO ROBERTO DONEL - SC011888
GUILHERME LUCIANO VIEIRA - SC035997
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : TERESINHA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TERESINHA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5044508-05.2020.8.24.0000/SC).

A paciente estaria respondendo por duas ações penais pela suposta prática do delito de tráfico de drogas, art. 33, da Lei n. 11.343/06, as quais tramitariam em juízos diversos.

Opostas exceção de incompetência e litispendência perante o Juízo da 2ª Vara Criminal de Joinville, essas restaram rejeitadas.

Diante disso, foi impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem.

Alega o impetrante que a 4ª Vara Criminal de Joinville seria competente para processo e julgamento dos fatos, em razão da prevenção e/ou conexão.

Acrescenta, ainda, que a conduta pode vir a ser desclassificada pelo Juízo competente, pois a paciente seria apenas usuária de drogas e, caso isso não ocorra, entende que seria caso de crime único ou continuidade delitiva.

Requer, liminarmente, *"a cassação da decisão que rejeitou a peça de exceção de incompetência. Em razão de prevenção ou conexão, determinando redistribuição da ação penal nº 5043683-44.2020.8.24.0038 ao juízo competente da 4ª Vara Criminal de Joinville."*

Alternativamente, requer a *"cassação da decisão que rejeitou a peça de exceção de incompetência. Em razão de litispendência, extinguindo a ação penal nº 5043683- 44.2020.8.24.0038, oficiando ao juízo competente da 4ª Vara Criminal de Joinville para que junte nos autos nº 5042138-36.2020.8.24.0038 provas colecionadas."*

Sucessivamente, requer que seja cancelada a audiência designada para 09/02/2021, até o julgamento final do presente *writ*.

No mérito, pugna pela confirmação da decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No caso, o impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (e-STJ fls. 23/26):

"No presente caso, observa-se que a paciente foi

presa em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas em 27/10/2020, tendo sido agraciada, no mesmo dia, com a concessão de liberdade provisória, consoante depreende-se dos autos do Inquérito Policial n. 5039999-14.2020.8.24.0038 - que posteriormente originaram a Ação Penal n. 5042138-36.2020.8.24.0038, em trâmite na 4ª Vara Criminal da Comarca de Joinville.

Não obstante, em 10/11/2020, a paciente foi novamente presa em flagrante, pela prática do crime de tráfico de drogas, prisão que originou os autos da Ação Penal n. 5043683-44.2020.8.24.0038, distribuídos à 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville.

Em razão das condições de tempo e local, sustentam os impetrantes a existência de crime único ou continuado em relação aos fatos ocorridos em 26/10 e 10/11/2020, do que decorre a litispendência alegada e, conseqüentemente, a competência da 4ª Vara Criminal da Comarca de Joinville para processamento e julgamento dos fatos, posto que seria o Juízo preventivo.

Ao afastar as exceções de litispendência e incompetência, o Magistrado a quo fundamentou devidamente a rejeição, expondo a inexistência de crime único ou continuado no caso em análise (Evento 16 dos autos n. 5043683-44.2020.8.24.0038):

[...]

Neste norte, conforme bem ponderou o douto Procurador de Justiça, em seu parecer, "[...] Em que pese a alegação dos impetrantes, importa destacar que os fatos ocorridos em 27/10 e 10/11/2020 não se caracterizam como crime único ou continuado, mas sim como condutas autônomas, mesmo que a condição de tempo pareça semelhante no caso.

Isso, porque entre o cometimento das duas condutas a paciente foi presa em flagrante e agraciada com a liberdade condicional, voltando a delinquir de forma autônoma, de modo que não há que se falar em vinculação subjetiva entre os fatos.

A inexistência do vínculo subjetivo é reforçada, também, pelo fato de que em 27/10/2020 todas as drogas guardadas em depósito na Sorveteria e Lanchonete Kidelícia e anexo foram apreendidas, sendo que em 10/11/2020 mais drogas foram apreendidas no local, o que demonstra efetivamente a autonomia das condutas, posto que, diante da apreensão de toda droga que possuía armazenada (27/10/2020) a paciente adquiriu mais entorpecentes para voltar a traficar, o que resultou na segunda apreensão (10/11/2020)". (Evento 20).

Desse modo, considerando a inexistência de vinculação subjetiva entre as condutas, as quais são nitidamente autônomas, não merece prosperar a alegação de crime único ou continuado.

[...]

Consequentemente, tratando-se de condutas autônomas, sem vinculação subjetiva, não há falar que a competência firmar-se-á pela prevenção, em conformidade com a redação do art. 71 do Código Penal.

Nessa senda, não há que se falar em litispendência ou incompetência do Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville para processamento e julgamento do feito, posto que as condutas são autônomas e os fatos cometidos em momentos distintos.

Ante o exposto, inexistindo ilegalidade ou constrangimento ilegal a ser sanado, voto no sentido de conhecer e denegar a ordem."

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência